

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0116/2024

Município de Giruá – RS

Secretaria Municipal de educação e cultura

Necessidade da Administração: aquisição do item 1 Van teto alto com capacidade para transportar (15+1) passageiros.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente contratação é a aquisição do item 1 van teto alto com capacidade para transportar (15+1) passageiros.

O bem objeto da contratação pretendida possuem as seguintes especificações: O veículo deverá ter no mínimo as seguintes características:

- Ano de fabricação 2024; - Motor 04 cilindros, 16 válvulas, com 2,179 cilindradas; - Potência de 136 cv, a diesel; - Transmissão manual de 06 velocidades a frente e uma a ré; - Freios hidráulicos com discos ventilados na dianteira e discos sólidos traseiros; - Tração Dianteira; - Pneus R16 - Tanque de Combustível com 80 litros; - Portas Traseiras vidradas com abertura 180°; - Porta Lateral direita deslizante com vidro fixo; - Teto alto; - Cintos de segurança de três pontas; - Direção eletro-hidráulica com regulagem de altura; - Computador de bordo; - Banco do motorista com regulagem de altura e lombar; - Apoios de cabeça dianteiros com regulagem de altura; - Volante com regulagem de altura; - Retrovisores externos com desembaçador, e regulagem Elétrica - Trava Elétricas; - Vidros dianteiros Elétricos; - Faróis halógenos com regulagem elétrica de altura; - Air bag frontal duplo; - Freios com sistema antibloqueio – BS + EBD; Sensor de ré; - Câmera de ré; - Ar-condicionado quente e frio com saídas traseiras; - Sistema de som instalado com rádio am/fm, usb, bluetooth e alto-falantes; - Garantia de fábrica de um ano; - Todos os equipamentos exigidos pelo CBT. O veículo deverá ser 0 km.

– Equipado com itens de série e opcionais de fábrica e todos os equipamentos de segurança exigidos pelos órgãos de trânsito para o modelo.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência faz remissão ao Estudo Técnico Preliminar Nº 116 desta Secretaria, onde já está descrita a necessidade da contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento do item de 1 Van teto alto com capacidade para transportar (15+1) passageiros, conforme as seguintes especificações/condições:

- Ano de fabricação 2024; - Motor 04 cilindros, 16 válvulas, com 2,179 cilindradas; - Potência de 136 cv, a diesel; - Transmissão manual de 06 velocidades a frente e uma a ré; - Freios hidráulicos com discos ventilados na dianteira e discos sólidos traseiros; - Tração Dianteira; - Pneus R16 - Tanque de Combustível com 80 litros; - Portas Traseiras vidradas com abertura 180°; - Porta Lateral direita deslizante com vidro fixo; - Teto alto; - Cintos de segurança de três pontas; - Direção eletro-hidráulica com regulagem de altura; - Computador de bordo; - Banco do motorista com regulagem de altura e lombar; - Apoios de cabeça dianteiros com regulagem de altura; - Volante com regulagem de altura; - Retrovisores externos com desembaçador, e regulagem Elétrica - Trava Elétricas; - Vidros dianteiros Elétricos; - Faróis halógenos com regulagem elétrica de altura; - Air bag frontal duplo; - Freios com sistema antibloqueio – BS + EBD; Sensor de ré; - Câmera de ré; - Ar-condicionado quente e frio com saídas traseiras; - Sistema de som instalado com rádio am/fm, usb, bluetoooh e alto-falantes; - Garantia de fábrica de um ano; - Todos os equipamentos exigidos pelo CBT. O veículo deverá ser 0 km.

A garantia deverá ser de no mínimo de 01 (um) ano, sem limite de quilometragem, conforme manual de garantia, a contar do efetivo recebimento do veículo pela contratante.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa mais vagas no transporte escolar para as emeis, o qual já teve sua importância destacada no tópico precedente.

A vigência, a contar da assinatura do instrumento contratual, deverá ser pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por período igual e sucessivamente, mediante termos aditivos conforme a Lei nº 14.133/2021.

A empresa vencedora da licitação será responsável por todos os trâmites burocráticos e legais relativos ao veículo, como documentação completa, emplacamento e regularização junto ao Detran em nome da Prefeitura Municipal de Giruá. Ainda, deverá fornecer o veículo adesivado nas portas com o brasão do município.

A garantia deverá ser de no mínimo de 01 (um) ano, sem limite de quilometragem, conforme manual de garantia, a contar do efetivo recebimento do veículo pela contratante.

A garantia deverá obrigatoriamente incluir todas as despesas com manutenção preventiva, incluindo peças e mão de obra, de acordo com a especificação do fabricante e nas quilometragens/horas recomendadas.

A empresa licitante deverá possuir assistência técnica vinculada a concessionária autorizada em uma distância não superior a 200 km da sede da Prefeitura.

A empresa contratada será responsável pela entrega dos itens que deverá ser feita no prazo de 90 (noventa) dias diretamente no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Giruá, localizado na rua Independência, nº 90, Centro do Município de Giruá, após solicitação da secretaria requisitante e emissão de Nota de Empenho.

Os bens objeto da contratação têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de **licitação**, na modalidade **Pregão**, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para o fornecimento pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação e de que não incidem em nenhuma das hipóteses de impedimento de contratar com a administração pública (art. 14, Lei nº 14.133/2021), bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

REGULARIDADE FISCAL:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- c) comprovante de regularidade relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade de até 03 (três) meses, contados a partir da data de emissão da certidão, conforme Decreto Municipal nº. 012/2002, porém não há óbice que a empresa em recuperação judicial participe do certame desde que comprove a capacidade econômica e financeira para execução do objeto.

HABILITAÇÃO SOCIAL:

- a) declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado ou associado menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal;
- b) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

COMPROVAÇÕES DE APTIDÃO PARA CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO:

Para fins de contratação, a empresa proponente deverá comprovar não constar:

- I. No cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União (art. 46, Lei 8.443/92);
- II. No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), por sanção do inciso IV, art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou do art. 156, IV da Lei N° 14.133/21.
- III. No Cadastro Nacional de Empresas Punitidas (CNEP);
- IV. No cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional da Justiça.

Para comprovação dos itens I, II, III e IV conjuntamente, poderá ser emitida certidão através do site: <https://certidores-apf.apps.tcu.gov.br>

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A empresa contratada será responsável pela entrega dos itens que deverá ser feita no prazo de 90 (noventa) dias diretamente no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Giruá, localizado na rua Independência, nº 90, Centro do Município de Giruá.

O responsável pela fiscalização do Contrato será o servidor designado da Secretaria requisitante que fará o acompanhamento da entrega.

Os itens deverão ser os mesmos indicados na proposta apresentada pela vencedora, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

Verificada a desconformidade de algum dos materiais pelo servidor designado, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas no instrumento contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto na **Portaria nº 22.309/2024**, que “Designa Fiscais de contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s) celebrado(s) entre o MUNICÍPIO DE GIRUÁ e a empresas contratadas, de acordo com cada Secretaria municipal, onde está lotado o servidor, a qual passa a vigorar conforme segue”, nos termos do Art. 92, XVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDAÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento a empresa será realizado mediante apresentação de nota fiscal, no valor do contrato, sendo a nota emitida e entregue para a Secretaria Municipal requisitante, dentro do prazo de vigência do contrato;

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

O pagamento será realizado por depósito bancário ou boleto (no caso de depósito, as informações de banco, agência e conta-corrente devem estar descritas na nota fiscal);

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal ao setor competente;

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 328.077,25 (trezentos e vinte e oito mil e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 1911/2022, que “Institui normas para o

procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de Giruá-RS”.

Quanto à pesquisa de preço, realizou-se a cotação através de pesquisas locais.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária 3695.

Giruá – RS, 06 dezembro de 2024.

**Palmiéri Ruschel Wielens
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Portaria nº 13.687/2021**